



Prejuízos e Equívocos da queima de documentos histórico-sociais

Razões metodológicas e científicas contrárias à destruição de arquivos setoriais

CÉLIA FREIRE D'AQUINO FONSECA
Profª do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da U.F.R.J.

O progresso das Ciências Sociais, após a última década do século XIX — quando alcançaram a autonomia —, teria de modificar consideravelmente o antigo conceito de “importância” nos estudos de História e de Ciências Humanas. A repercussão na seleção e na análise dos materiais e da documentação seria quase automática, do mesmo modo que a complementação de dados, através de novos tipos de documentação. A importância das séries de documentos, para estudo das economias e das sociedades através de tratamento estatístico do material, modificou muitas das concepções antigas, mais limitadas e restritas e, em compensação, ampliou a visão e a explicação da maior parte dos acontecimentos. É preciso ressaltar, aliás, que a utilização de métodos quantitativos, no estudo da História e das Ciências Sociais, ao contrário do que pensam alguns, não exclui os tradicionais processos qualitativos nos estudos de Ciências Humanas mas os complementam e ampliam (1).

A própria autonomia alcançada pelas Ciências Sociais, sem a qual não teriam atingido maior desenvolvimento, foi a resultante de metódico e persistente esforço de eruditos e estudiosos de vários setores das Ciências Humanas, desde a Filosofia até a Economia (2). Constitui também, até hoje, uma das mais importantes rupturas epistemológicas para as ciências históricas e sociais, em termos metodológicos e científicos, pois a partir de características e métodos próprios é que poderiam alcançar o desenvolvimento necessário. De fato, através de caminhos próprios não cessariam de crescer, aperfeiçoar métodos, pesquisar novas diretrizes, aprofundar as investigações e os conhecimentos (3).

A influência do progresso das Ciências Sociais nos critérios de seleção de material e documentos para os estudos históricos e sociais foi profunda.

Não só ampliou o campo da investigação como, em inúmeros casos, privilegiou setores antes esquecidos pela maioria dos pesquisadores.

A crescente utilização dos novos métodos se deve às contribuições no esclarecimento de questões de importância, nos planos econômico e social, através do aprofundamento da análise e compreensão de problemas de desenvolvimento, nacionais e internacionais, políticos e outros. As novas diretrizes introduziram maior objetividade e revelaram aspectos novos em relação a problemas antigos, revelaram setores e áreas necessitadas de melhor análise e, portanto, ampliaram as possibilidades de resolução das questões. Exemplos elucidativos são os estudos de conjuntura, cada vez mais frequentes não só nos trabalhos de História Econômica como nos de Economia, igualmente realizado por historiadores como Pierre Vilar, Magalhães Godinho, Gentil da Silva e outros; bem como por economistas como Celso Furtado, Marczewski e seu grupo, para só falar em alguns da atualidade.

Os estudos de estrutura são também outro exemplo da importância e alcance dos novos métodos, bem como os de história das mentalidades, os dos mitos e do inconsciente na nova ótica valorizada por Levy-Strauss e outros pesquisadores. Qualquer dessas investigações e estudos dependem enormemente da documentação, não curiosa ou ornamental mas abundante e que se preste a tratamento científico adequado. O que não exclui, como já observamos, os antigos métodos qualitativos e, no caso da História em especial, a indispensável crítica de documentos, a fim de estabelecer a autenticidade e veracidade dos dados, inclusive em relação a notícias e informações da hora presente e, nestes casos, não só nos estudos e pesquisas de história. Casos recentes, como por exemplo as notícias sobre os episódios do golfo do Tonquim, de tão estreita correlação com a intensificação da guerra do Viet-nam, mostram como é pertinente e necessária a crítica das informações e a seriedade com que os historiadores encaram a questão. Atitude científica e seriedade necessária aos estudos de Ciências Sociais, inclusive nos da área de Comunicações pois tratam, sempre, de realidades e problemas humanos e coletivos, tanto no passado como no presente.

Diante das considerações que fizemos acima, e que se encontram ampliadas em trabalho mais longo⁽⁴⁾, anexo, é que não podemos compreender as notícias de projetos ou autorizações para queima de documentação ou arquivos de instituições oficiais ou para-estatais, no Brasil. Não é possível admitir que massas consideráveis de documentos sobre a vida nacional, tão necessitada de análise e estudos que só podem ser realizados de maneira responsável e no interesse nacional se bem fundamentados em dados autênticos, possam ser destruídos sem que sejam microfilmados todos os documentos. Arquivos setoriais, talvez únicos para a realização de estudos de cunho econômico e social, não podem ser eliminados por decisão unilateral de alguns dirigentes, ocasionais e temporários, sem consulta aos especialistas nem à opinião pública interessada no assunto.

Falar em seleção de documentos antes da destruição, ou em “avaliação histórica minuciosa” sobre 12 milhões de processos — falamos no caso do INPS noticiado no Jornal do Brasil⁽⁵⁾ — e apesar de darmos inteiro crédito às boas intenções do excelente diretor do Arquivo Nacional e que tudo tem feito

para melhorar as condições do importante centro de documentação⁽⁶⁾, seria desconhecer que essa avaliação exigiria quadros competentes, verbas e a realização de um exame que já equivaleria a uma primeira e demoradíssima abordagem sobre várias questões de interesse sócio-econômico, com especial importância para os ministérios da Saúde e do Trabalho. Mas não justificaria, mesmo após o estudo realizado, a destruição da documentação. Por outro lado, do ponto de vista científico, não há fundamento que justifique a certeza da acertada seleção do material de pesquisa para autorização de destruição sem possibilidade de reposição e reexame, pois é sabido que o critério de importância do que seja essencial ou irrelevante em cada área científica — e notadamente nas Ciências Sociais — varia com as épocas e o progresso da própria ciência. Lembra-nos o depoimento do eminente Vitorino Magalhães Godinho — sem dúvida um dos grandes historiadores da atualidade e não só de assuntos luso-brasileiros — quando ao voltar de longos anos de trabalhos e estudos históricos na França pesquisava documentos para o estudo de conjunturas, através de rigorosas análises de movimento de preços, em arquivos portugueses. Assim é que, ao chegar em um desses centros de documentação teve a decepção de saber que, pouco antes, tinham sido incinerados documentos referentes à questão — o que contribuiria para prejudicar ainda mais o esclarecimento de um tema já bastante difícil e bastante importante para esclarecer questões de grande relevância na economia e vida nacional de Portugal. O episódio motivou o grande historiador à observação de que, se fossem dados que se referissem a algum titular ou barão, mas de nenhuma importância para o esclarecimento de questões fundamentais na vida do povo e da nação portuguesa, certamente teriam sido considerados documentos importantes e dignos de serem preservados⁽⁷⁾. O exemplo dá uma idéia da concepção desatualizada sobre a importância da documentação econômica e social de uma nação, isto é, da documentação histórica. É a concepção de História como algo curioso e ornamental e, portanto, supérfluo diante de outros problemas culturais e gerais. O que escapa, nessa velha maneira de ver, é a documentação como fonte de importância para a avaliação de problemas nacionais: pontos de estrangulamento da economia sob modelos de estrutura já ultrapassada e periodicamente repetidos; exame das constantes da vida de um povo e motivos da permanência de situações desfavoráveis; razões do avanço de certas áreas e estagnação de outras; interesses de grupos e distribuição de rendas, incentivos a certos setores da economia e transferências de renda de outros, áreas regionais e esforços por verbas e desenvolvimento; diretrizes políticas, relações entre economia e política e muitas outras questões. Problemas que não são de hoje mas estão presentes na História de cada país — e sobre eles os arquivos contêm preciosos dados de maior interesse do que os referentes a intrigas palacianas ou figuras e curiosidades mundanas —. Nas nações em desenvolvimento, mais ainda do que nas nações já em grande progresso, essa fonte de informações pode elucidar muitas questões, oferecer sugestões e esclarecer, facilitar a análise de problemas, evitar a repetição de equívocos e caminhos que a nada conduzem. Daí a famosa frase, de que a nação que não conhece sua própria História está arriscada a repeti-la e refazê-la.

Lei de maio de 1968⁽⁸⁾ proíbe a queima de arquivos no Brasil, o que

confirma o progresso da compreensão das autoridades sobre o valor das informações históricas. Infelizmente essa compreensão não é da parte de todos os funcionários — mas a lei pode, talvez, deter a fúria destrutiva de alguns.

Os dados que no Brasil estão sob ameaça de destruição interessam, ainda, a outros campos de estudos e de pesquisa que não sejam somente os da História ou os da Economia, sem falar nos ministérios da Saúde e do Trabalho, já referidos anteriormente. Claro que nos referimos às informações coletivas e às possibilidades de um estudo sério que uma documentação como essa pode conter, e que devem ser, sobretudo por estas razões, preservadas nos arquivos ou grandes centros de documentação.

Na era da estatística e das informações de massa, e quando os computadores são utilizados em qualquer área, desde que se encontre documentação adequada para este tipo de estudo, o interesse de uma análise não só qualitativa como quantitativa de um material como o recolhido pelo INPS e outras instituições, não poderia escapar à consideração dos que têm poder de decisão sobre o destino da documentação. Nem ao interesse de estudiosos como os que se reúnem periodicamente em Congressos, arquivistas, historiadores, professores de História e de Ciências Humanas, jornalistas e todos os que tratam de problemas culturais e de seu relacionamento com a realidade. Pois não se trata de um problema de cultura ornamental e neutra, mas de assuntos que se relacionam com as condições de vida, classes e rendas, saúde e problemas nacionais, informações sobre a população brasileira reunidas em longos anos e num período de importância, fértil em mudanças e transformações em nosso país.

As mesmas considerações feitas sobre a documentação ameaçada do INPS podem-se fazer em relação aos documentos dos processos judiciais, também ameaçados de destruição, por decisão que constou do projeto mais amplo, ainda não resolvido mas objeto de inúmeros pedidos de reconsideração, por parte de historiadores e documentaristas, inclusive por ocasião dos simpósios nacionais de História, e outros. Há, ainda, o problema da destruição de documentos sem alardes nem avisos em projetos que, pelo menos, chegando ao conhecimento do público poderiam ser discutidos antes que se tornasse o problema irreversível, apesar da dificuldade de sensibilizar os que podem tomar decisões tão graves sem a consulta, sequer, a especialistas, universidades e encarregados de zelar pela documentação, ou pela cultura nacional, inclusive opinião pública interessada.

Quanto aos gastos que a microfilmagem de documentos tão numerosos poderiam ocasionar na preservação de material de tanto interesse à vida nacional — e que somente mais tarde será devidamente avaliado e apreciado — além dos gastos nem sempre tão úteis em muitos setores do país, públicos e privados, certamente não seria tão exagerado, e menos oneroso que uma avaliação histórica minuciosa dos documentos antes da destruição se, de fato, ela tivesse possibilidade de ser realizada. De qualquer modo não se pode compreender a autorização para a queima de arquivos setoriais, em uma época em que existem meios modernos e rápidos de preservação de material de tanta importância para o conhecimento de nossa própria realidade. No último quartel do século XX, e em um país que proclama diariamente o orgulho e a satis-

fação do seu progresso, não se pode compreender a perda inestimável de informações sistemáticas e que podem ser preservadas em espaço relativamente restrito, através da microfilmagem do material. Grita-se tanto contra a evasão de documentos mas, no caso de uma destruição por desinteresse ou incapacidade de compreender as possibilidades de tais massas de informações, fica-se na dúvida se não seria menos prejudicial doá-las a universidades de outras nações . . . Tanto mais que, tratando-se de documentação sobre condições de vida da população, cujas mazelas são bastante conhecidas, o aspecto negativo não teria consequências novas nem afetaria área cultural que se relacionasse à segurança nacional, enquanto sugestões positivas, na melhor análise das questões de trabalho, saúde e nível de vida da população e área regionais, poderiam talvez ocorrer.

O fato é que os arquivos não são apenas repositórios de curiosidades nacionais, mas documentação necessária à análise de muitos problemas passíveis de soluções e que interessam a todos nós. Justamente quando são utilizados, em toda parte, métodos quantitativos e se considera indispensável a aplicação de técnicas aos estudos sociais e históricos ⁽⁹⁾ — não como fim mas como meios que forneçam informações mais objetivas e esclarecedoras — não podemos ser indiferentes à destruição de arquivos setoriais e outros. Ainda mais considerando-se a falta de documentação serial e a quase total ausência de estudos de História social em bases mais objetivas e modernas.

A perda de documentação de significação é não só indesculpável em face das novas técnicas de reprodução e preservação de documentos, como inadmissível à luz do progresso da metodologia e dos novos estudos no campo das ciências sociais. A conservação de documentos é, pois, questão de interesse nacional.

Cabe, a todos nós, a obrigação de nos interessarmos pela preservação das fontes de nossa História e da documentação que nos possibilite a análise objetiva e lúcida das realidades nacionais.

Notas bibliográficas:

- (1) Veja-se nosso trabalho, intitulado **Posições metodológicas da historiografia moderna: o qualitativo e o quantitativo**, São Paulo, Universidade de São Paulo — Instituto de Geografia, Col. Métodos em Questão — 10, 1975, em especial pp. 1-3 e, o mesmo trabalho in **Convergência**, Ano I, nº 1, Rio de Janeiro, dez. 1976.
- (2) Veja-se a recapitulação que fizemos, sob o título **Da querela da metodologia à História das mentalidades**, discurso de paraninfo aos novos professores de História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, julho de 1976 — publicado na revista **Vozes**, Rio de Janeiro, nov. 1976.
- (3) Veja-se o trabalho citado na nota 1.
- (4) Loc. cit. na nota 2, acima.

- (5) Veja-se **Jornal do Brasil**, Caderno B, Rio de Janeiro, 1º de agosto 1976, pp. 8-9.
- (6) Devido à boa administração e interesse de aperfeiçoamento do Arquivo é que nos parece que este artigo só contribuirá para apoiar o atual diretor no trabalho que vem realizando da melhor maneira possível, e nas condições de que dispõe aquele centro de documentação.
- (7) Veja-se Vitorino Magalhães Godinho – **Introdução à História Econômica**, Lisboa, Editorial Gleba, S/A., em especial a 2ª parte, cap. I e II, pp. 91-123; **Prix et Monnaies au Portugal**, Paris, Lib. A Colin, 1955
- (8) Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, regulamentada pelo decreto nº 64.398, de 24 de abril de 1969. Note-se o que determinam os seguintes artigos:
Art. 14 – A eliminação de documentos oficiais microfilmados será precedida de lavratura de termo em livro próprio após a revisão e montagem dos filmes e correção das falhas acaso existentes.
Art. 15 – Os documentos oficiais de valor histórico não podem ser eliminados, sendo no entanto permitida a sua transferência para outro local ou repartição após a microfilmagem mediante relacionamento.
- (Diário Oficial de 28.04.1969)*
- Diante da lei, as observações que temos a fazer são as seguintes: as determinações da regulamentação têm sido obedecidas? Os que a infringem podem fazê-lo sem consequências algumas? Os que conhecem o valor desses documentos, e devem se interessar em defendê-los, não deveriam promover campanha em favor de sua preservação, por todos os meios, inclusive invocando a lei?
- (9) Sem falar nos trabalhos em outros países, e os assinalados na nota acima, basta citar alguns realizados no Brasil, como os publicados, após apresentação no Colóquio Internacional do CNRS, sobre História Quantitativa do Brasil (de 1800 a 1930), em Paris, 11-15 Outubro de 1971. Veja-se **L'Histoire Quantitative du Brésil de 1800 a 1930**, Paris, Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1973.